

**35º Encontro Anual da Anpocs**  
24 a 28 de outubro de 2011, Caxambu, MG

**GT 28**  
Política Internacional

**O Discurso Político do Mercosul: o binômio  
segurança-insegurança nas relações Brasil-Argentina\***

**Marcelo M. Valença**

Bolsista Recém-Doutor

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

[marcelovalenca@me.com](mailto:marcelovalenca@me.com)

**Resumo**

Apesar de importante para as relações Brasil-Argentina, pouco se estuda o papel social do Mercosul para a segurança regional. Trago os Estudos Críticos de Segurança para analisar o papel político da segurança na constituição do que se entende por insegurança. Não trato de segurança no sentido tradicional, mas da criação de um ambiente estável através de práticas cotidianas que transmitem familiaridade à sociedade, aproximando-a do Mercosul. Aponto que grupos domésticos são importantes agentes na incorporação dessas práticas, naturalizando o discurso oficial. Sugiro “dois” Mercosul, o oficial e o real, onde o discurso (in)segurança é manifesto, impactando no processo de integração.

**Palavras-chave**

Política Internacional – Segurança – Integração – Brasil – Argentina – Mercosul – Discurso de (in)segurança

**Abstract**

Despite being central for the political relations between Brazil and Argentina, the social role of Mercosur to regional security is marginalized. Using a critical approach to Security studies to analyze the political use of security to define the boundaries of insecurity, I suggest the existence of “two” Mercosur, a official one and a real one. In my argument, domestic groups are important for the consolidation of the official Mercosur because they reproduce a discourse of (in)security, which impacts the project of regional integration by naturalizing foreign politics as if they are similar to domestic politics.

**Keywords**

International Politics – Security – Integration – Brazil – Argentina – Mercosur – (in)Security Discourse

---

\* O autor agradece à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (“FAPERJ”) pelo apoio concedido ao projeto do qual este trabalho faz parte. Este artigo foi originalmente apresentado no X *Congreso da Sociedad Argentina de Ciencia Política*, em julho de 2011, e constitui uma discussão preliminar de uma pesquisa ainda em andamento. Como consequência, algumas das questões aqui levantadas ainda não estão problematizadas com a devida profundidade. Agradeço comentários sobre eventuais inconsistências e problemas enfrentados com o argumento proposto.

## **Introdução**

Este artigo problematiza o uso dos Estudos Críticos de Segurança e da Sociologia Política Internacional no debate sobre integração no Mercosul, investigando o papel de grupos domésticos na construção das práticas políticas que moldam as relações entre Brasil e Argentina. Defendo que o papel das ideias e dos interesses desses atores é central para a transformação da natureza das relações entre os dois países, especialmente no que diz respeito à normalização da política e da mudança na percepção do Outro que ocorreu a partir do fim da Guerra Fria.

Para tanto, parto de dois elementos centrais. Primeiramente, fujo do postulado tradicional dos Estudos de Segurança (“Segurança”)<sup>1</sup> de que segurança e insegurança são elementos excludentes e antagônicos. Trato estes dois conceitos como parte do processo social de constituição de práticas e verdades e que integram, complementarmente, o domínio sociopolítico.

O segundo diz respeito ao papel assumido pelas ideias e pelos interesses de atores domésticos em ambos os países. Considero que eles são parte central para compreender as dinâmicas que promovem estabilidade política nas relações entre Brasil e Argentina. Mais precisamente, o Mercosul se torna um elemento de normalização da política ao ser socialmente constituído e reproduzido como um ambiente seguro e no qual a diferença entre o Eu e o Outro é mitigada em prol de uma identidade comum.

Entendo que a experiência sul-americana permite abordar o processo de integração através de lentes voltadas para a participação de atores domésticos como elementos de conexão entre as sociedades dos dois países. Sua atuação naturalizaria o processo de integração, permitindo o desenvolvimento de um lado social do Mercosul – não previsto oficialmente –, que aproximaria a sociedade do bloco, inserindo-o nas rotinas do dia-a-dia.

O propósito de conjugar o debate entre integração regional e Segurança é perceber a atuação desses atores domésticos no fortalecimento e na legitimação do discurso oficial

---

<sup>1</sup> O termo segurança, com *s* minúsculo, diz respeito a um tipo especial de política criado pela interação entre atores políticos, gerando um estado que refletiria a presença ou não de ameaças àquele ator: segurança é um problema político, mas nem todo problema político é segurança. Estudos de Segurança (ou simplesmente Segurança, com *S* maiúsculo), por outro lado, são arcabouços teóricos que nos permitiriam explicar e entender o comportamento dos atores em relação à sua intenção de usar a violência para atingir fins políticos.

de integração através de um discurso de (in)segurança, que tem como propósito normalizar a política e proporcionar um senso de continuidade nas relações entre os dois países. Com o emprego do discurso, travestido em práticas cotidianas de áreas tão diversas quanto, por exemplo, economia, cultura e academia, o espaço da integração torna-se familiar. A aproximação das esferas políticas doméstica, regional e internacional constituiria um domínio de segurança que tornaria o Mercosul o espaço de atuação da política interméstica, i.e., “the intersection between national and international interests, issues and actors” (Gardini, 2011, p. 30).

O argumento é desenvolvido em três etapas. Na primeira, apresento o arcabouço dos Estudos Críticos de Segurança e a Sociologia Política Internacional. A ênfase aqui é dada aos mecanismos que proporcionam a construção social da segurança e insegurança, que servirão como base para o discurso de (in)segurança.

Na etapa seguinte, problematizo o “discurso de (in)segurança” a partir da adequação do modelo sociológico ao estudo da integração no Mercosul. Em poucas palavras, o discurso de (in)segurança consiste na construção de um espaço de normalidade das relações políticas através da operacionalização e incorporação de comportamentos e práticas da integração à rotina social e que, ao se tornarem naturais, aproximam a política internacional do nível doméstico e mitigam suas incertezas. Ele envolve atores que são autorizados a – ou que se auto-permitem – definir os limites do que é seguro (ou familiar) e, assim, aproximam e afastam outros grupos e processos nesta constante redefinição de fronteiras e do político.

Finalmente, na terceira parte, exponho a existência de “dois” Mercosul, o “oficial” e o “real”. O primeiro é constituído pelo discurso oficial, que o toma como central para as políticas externas de Brasil e Argentina, afastando as tensões existentes durante a Guerra Fria. Mesmo diante de conflitos de interesse, consegue normalizar a política regional (Buzan e Wæver, 2003, p. 325-327). O Mercosul “real”, por outro lado, é aquele descrito pela literatura especializada como tomado por dúvidas e crises institucionais (Saraiva, 2010) e reflete as incertezas e inseguranças da política externa como prática discursiva de delimitação da diferença e auto-reforço da identidade de um Estado através da criação do Outro (Campbell, 1992, p. 62).

Essa assimetria existente entre o Mercosul “oficial” e o Mercosul “real” serviria como elemento acusatório do insucesso do discurso oficial sobre o bloco. Contudo, a incidência do discurso de (in)segurança ajuda a mascarar os impactos do Mercosul real, reforçando a percepção de que o bloco é uma iniciativa bem sucedida e que proporcionou a mudança na natureza das relações políticas entre Brasil e Argentina.

É neste espaço que identifico a atuação dos atores domésticos: são grupos que, por razão de sua *expertise* ou envolvimento no processo de integração, proporcionam a incorporação deste no dia-a-dia, aproximando-o da sociedade. Assim, setores como os corpos diplomáticos, acadêmicos e midiáticos, por exemplo, “traduzem” os procedimentos institucionais em práticas ordinárias que permitiriam um maior alcance e participação social junto ao processo de integração e normalização política, legitimando o discurso oficial e contribuindo para o seu sucesso.

Devido ao caráter inicial dessa pesquisa, concluo esse artigo apontando rumos futuros para a investigação que realizo. Igualmente, apresento alguns problemas e desafios enfrentados e que serão abordados em um futuro próximo.

### **Estudos Críticos de Segurança, Sociologia Política Internacional e a experiência sul-americana**

Os Estudos Críticos de Segurança<sup>2</sup> surgem no final da década de 1990 influenciados pela virada crítica nas teorias de Relações Internacionais e pelo Terceiro Debate. Diferentemente de outras correntes críticas ao paradigma realista, os Estudos Críticos de Segurança não buscam apenas o alargamento do campo, mas também – e principalmente – o seu aprofundamento. Ao questionar as fundações da disciplina, os Estudos Críticos de Segurança colocam em dúvida o objeto de referência do campo e a própria noção do que significaria segurança, apontando a existência de outras ameaças que seriam qualitativa e quantitativamente mais relevantes para a área. Em suma, essa

---

<sup>2</sup> A expressão “Estudos Críticos de Segurança” funciona como um guarda-chuva que inclui diferentes perspectivas e abordagens e combina teorias racionalistas e reflexivistas em um esforço de entender a lógica na qual opera a segurança. O livro editado por Keith Krause e Michael C. Williams (1997) é considerado um marco para essa perspectiva.

vertente busca a compreensão do que significa segurança, estar seguro e contra o que se pretende estar seguro.<sup>3</sup>

Neste sentido, os Estudos Críticos de Segurança ressaltam que segurança não é uma condição ahistórica. Segurança não diz respeito apenas ao uso da força, tampouco deve ser limitada à dimensão militarista ou das relações interestatais. Muito pelo contrário, segurança é uma condição sociopolítica que é apreendida a partir do espaço político sob análise. Deste modo, os Estudos Críticos de Segurança sugerem que a análise histórico-interpretativa, mais compatível com as Ciências Sociais, se apresenta como forma mais adequada para compreender suas nuances e particularidades. Afinal, o pensamento em e sobre segurança não pode ser desvinculado dos problemas fundamentais da política contemporânea (Valença, 2010, p. 80).

Essa preocupação é sintetizada por Keith Krause (1998) sob a forma de um programa de pesquisas para o campo. Neste, a segurança é vista a partir dos atores políticos envolvidos e da forma como o conhecimento é produzido.

Segundo Krause, os atores devem ser considerados como (i) frutos de processos históricos complexos de construção social, (ii) constituídos e reconstituídos por práticas políticas que criam identidades e interesses dentro de (iii) um contexto político internacional em constante mudança. O conhecimento (iv) não é objetivo e (v) deve ser obtido a partir de metodologias interpretativas, mais afins às Ciências Sociais. Esta preocupação se justifica porque (vi) o propósito das teorias sociais não é explicar e prever, mas entender contextualmente o conhecimento prático. É neste conjunto de seis premissas metodológicas e epistemológicas que o arcabouço da Sociologia Política Internacional se insere nos Estudos Críticos de Segurança.

Diferentemente de outras vertentes que se inserem nos Estudos Críticos de Segurança, que têm origem nas Relações Internacionais, a Sociologia Política Internacional tem como bases a conjugação da teoria política e dos estudos de sociologia da migração e do policiamento na Europa (CASE Collective, 2006, p. 446). Seu foco é *no que é e o que faz* a segurança, acusando a despolitização de temas da segurança e da

---

<sup>3</sup> Para uma revisão da literatura do campo da Segurança a partir da sua evolução política-teórica, Valença (2010), especialmente o capítulo 3, que sustenta essa seção. Em poucas palavras, o alargamento da Segurança diz respeito à inclusão de novos temas e agentes ao campo. O aprofundamento, por outro lado, se refere à compreensão das implicações da segurança e da maneira como ela opera. Sobre o tema, Tarry (1999).

política através da análise de práticas discursivas promovidas por agências que reforçam e legitimam o discurso político oficial.

A influência dos trabalhos de Pierre Bourdieu é bastante forte nesta abordagem. A segurança se insere a partir da legitimação da autoridade e a ideia de regime de verdade apurada a partir do pensamento de Michael Foucault ajuda a compreender a operacionalização das práticas políticas.

A segurança não tem, por si só, um significado próprio. Em outras palavras, ela não pode ser compreendida senão a partir do contexto das relações políticas. Seu entendimento decorre da forma como os atores a utilizam, o que a leva a assumir uma significação social que a torna parte da política, tal como um elemento de estabilização e ordenamento da sociedade.

A consequência desta nova forma de encarar segurança é que a forma como ela é socialmente constituída impacta no modo de se pensar a insegurança. Segurança e insegurança deixam de ser elementos excludentes para se tornarem parte de um contínuo inerente às relações políticas e consolidam-se como vinculadas à administração da vida e à manutenção das suas condições existenciais. O discurso sobre (in)segurança passa a ser vinculado, portanto, às possibilidades atribuídas a este novo pensamento pelos atores responsáveis não apenas pelo espaço político, mas também pelo campo da segurança. Deste modo, quando se fala de segurança – e insegurança – trabalha-se, acima de tudo, com as possibilidades de realização da política, mesmo que seu campo de atuação apresente particularidades específicas que permitem a sua identificação.

O campo da segurança apresenta-se como transversal, i.e., ele não se restringe a um setor ou área da sociedade. Por ser parte das possibilidades de realização da política, a segurança não é apenas um problema acadêmico, social ou político, mas combina elementos de todas essas áreas, interligando-as (CASE Collective, 2006). Graças a essa transversalidade, ele assume características de um espaço de dominação e de disputa entre atores que apresentam interesses semelhantes – operacionalizar suas estratégias e legitimar suas práticas – mas que não convergem em termos de identidade, dada a pluralidade de agências, oficiais e não-oficiais envolvidas na formação do campo.

Então, como pensar segurança? A resposta está em encará-la como uma prática, respeitando três premissas centrais. A primeira diz que, por ser parte da política, a

segurança deve produzir impactos sociais. Além disso, os atores que definem (in)segurança não têm posição ou papel fixo, mas interagem e se constituem mutuamente em uma disputa para definir qual a maior ameaça enfrentada. Como apontado, o campo da segurança é um espaço de dominação e disputa, logo esses atores disputam o poder – ou a capacidade – de definir o que é segurança e os termos nos quais ela se sustenta.

Finalmente, e em estreita relação com as duas primeiras premissas, é necessário que a (in)segurança seja transmitida de forma acessível à sociedade e não se mostre estática quanto aos interesses dos atores e agências envolvidas. Desse modo, os termos utilizados para caracterizá-la não são técnicos e estão sujeitos à apropriação e reapropriação de seus significados sociais conforme o interesse em questão, em estrutura similar a dos regimes de verdade foucaultianos. Isso sugere que a segurança opera tal como uma técnica de governança, o que implica o monopólio da verdade sobre o poder, o perigo e o conhecimento (CASE Collective, 2006).

Com base nessas premissas, segurança não se vincula à medidas de exceção. Ela opera através de práticas rotineiras de administração de processos, pessoas, tecnologias, incluindo formas de comunicação e vigilância, e está diretamente ligada à legitimidade dos atores e agências na constituição dessas práticas. O binômio segurança e insegurança, portanto, diz respeito a uma disputa maior: ele se refere ao embate entre diferentes atores sobre a capacidade de declarar que algo é ou não pertinente à segurança (Bigo, 2008, p. 123). Assim, a construção da segurança passa pelos grupos que são autorizados – ou se auto-permitem – a definir o que é seguro e o que não é (Bigo, 2000), identificando e constituindo a ameaça e/ou inimigo, e se destinam a um público-alvo específico, a sua audiência.

A operacionalização dessas estratégias implica a legitimação de certas práticas de violência que assumem status de política e, portanto, são consideradas mecanismos válidos para transmitir segurança. Em outras palavras, a incorporação de determinadas rotinas no dia-a-dia geram, ao mesmo tempo, uma dimensão de segurança e familiaridade e uma insegurança decorrente da sua ausência. A síntese desse processo social de constituição da (in)segurança dá origem à securitização.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Sobre a securitização cabe uma ressalva importante. A teoria de securitização foi desenvolvida por Ole Wæver (1995), mas assumiu maior destaque com o arcabouço teórico da Escola de Copenhague (Buzan et al, 1998). A simples menção à palavra “segurança” invoca a imagem do que poderia acontecer caso a

Em poucas palavras, a securitização é um processo intersubjetivo que opera através de práticas discursivas – o movimento de securitização – e depende da aceitação da audiência a quem as práticas são destinadas para produzir efeitos. Seu objetivo é explorar as formas como a segurança se manifesta politicamente e os efeitos sociais que ela produz. Ela permite a normalização da política e a estabilização da ordem através do reforço dos mecanismos de controle dos agentes competentes e da consolidação de sua legitimidade.

A securitização é a ferramenta de instrumentalização técnica de práticas que sugerem a normalidade política através de agências de segurança competentes, tornando-se parte do dia-a-dia e assumindo legitimidade a partir da incorporação racional pela sociedade. A partir dela, cria-se efeitos estruturais originados da reconfiguração e reordenamento da sociedade (CASE Collective, 2006, p. 455). Mais especificamente, acontece a delimitação dos domínios da segurança e a constituição social da insegurança.

O uso político da segurança se evidencia na medida em que, ao invés de proporcionar estabilidade, a operacionalização dessas práticas de normalidade geram maior temor, ainda que velado. “Segurança e insegurança são partes do processo de securitização imposto por aquelas agências e levariam a um contexto maior de insegurança, justificando as práticas tomadas” (Valença, 2010, p. 108).

Analogamente ao movimento de securitização tem-se a dessecuritização. Em poucas palavras, dessecuritizar um tema significa retirá-lo da agenda de segurança através de práticas discursivas ou tecnologias de proteção. À primeira vista, dessecuritizar a agenda de segurança é o objetivo da Sociologia Política Internacional. Mas não o é.

A dessecuritização não significa o restabelecimento da política normal ou o avanço na segurança. Tampouco o aumento no número de agências oficiais de segurança e a consolidação de sua atuação não geram um ambiente social mais seguro (CASE Collective, 2006, p. 457). Ainda que não haja por parte da literatura um tratamento mais profundo da dessecuritização (Oelsner, 2005, p. 4-6), a Sociologia Política Internacional trata desse movimento como simultâneo ao da securitização. Enquanto esta consistiria

---

medida de segurança não fosse bem sucedida (Wæver, 1995, p. 61). Trabalho aqui com a perspectiva de securitização da Sociologia Política Internacional, que opera de modo distinto da Escola de Copenhague. Sobre a operacionalização da securitização nesta corrente, Buzan et al (1998).



na operacionalização objetiva das práticas de segurança, a dessecuritização envolveria a dimensão subjetiva do agentes, afetando a compreensão social do que é estar inseguro. Isso ocorre pois ela cria uma falsa imagem de segurança diante de um problema aparente, ainda que não explícito.<sup>5</sup> Assim, a (des)securitização resulta na produção de (in)segurança.

Do exposto, percebe-se que o papel das práticas discursivas é central para a Sociologia Política Internacional. Mas seu estudo não deve ser realizado com base apenas no que é explicitamente declarado: certos movimentos de (des)securitização já estão tão presentes nas rotinas institucionais que sequer são discutidos ou problematizados (Bigo e Walker, 2007).

Finalmente, é apropriado uma breve observação sobre a relação entre as esferas doméstica e internacional. Ainda que o foco no plano doméstico seja central para a atuação dessas agências e atores, o internacional ainda representa grande importância. Ele deve ser encarado como uma esfera complementar e inescapável da política doméstica, dado que os temas que incidem sobre a política e a segurança sofrem influência de elementos do plano internacional (Bigo e Walker, 2007). Por se tratarem de temas aonde os processos de globalização tem forte incidência, é praticamente impossível restringi-los à dimensão territorial do Estado e a Sociologia Política Internacional é um forte exemplo de como a política interméstica opera. Questões tão diversas quanto imigração, desenvolvimento e terrorismo penetram a esfera de atuação das agências, contribuindo para a desterritorialização da política e o enfraquecimento do Estado tal como tradicionalmente compreendido.

Nas palavras de Didier Bigo isso ocorre em função da contribuição da sociologia, criminologia e da história para a compreensão do papel político da segurança, rompendo com práticas e significados anteriores (Bigo, 2008, p. 118-119). Como a construção política da União Europeia desafia o modelo do Estado tradicional, desterritorializando a política, as agências atuam em um espaço político conflitante. Dado que seus papéis são

---

<sup>5</sup> Um exemplo rápido da falsa imagem criada pela dessecuritização de um tema é a prática recorrente em políticas de segurança pública de aumentar o policiamento em regiões turísticas. Cria-se a sensação de que um maior número de policiais geraria maior segurança. Contudo, caso se pense em termos mais amplos, pode-se questionar o por que de aumentar a segurança em determinada região e não em outras e, com isso, surgiria um sentimento de insegurança decorrente da “falta” de policiamento em outras áreas.

definidos muitas vezes por disposições legais, de âmbito doméstico, seu reflexo na política internacional acaba por ser anômalo.

A abordagem assumida entende a confusão entre os níveis doméstico e internacional como uma consequência necessária do processo de desterritorialização da política decorrente das particularidades da União Europeia. A atuação das agências transborda para o internacional porque não haveria mais a separação entre temas de segurança doméstica e internacional: são todas questões políticas e a segurança passa a ser constituída a partir da atuação dos agentes.

Nestes termos se explica o interesse manifesto da Sociologia Política Internacional em perceber e estudar as dinâmicas de segurança na Europa – o que, mantida as devidas proporções, permite o estudo sobre do Mercosul. Como as fronteiras da União Europeia promovem um entendimento pouco ortodoxo dos limites que caracterizam o dentro e o fora, o internacional e o doméstico, não é surpresa que tais esferas se confundam, ao contrário da Segurança tradicional, que privilegia o internacional e por isso acabaria subdimensionada.

Em síntese, enquanto a Segurança tradicional se preocupa com o uso da força e a ameaça dirigida ao Estado, na perspectiva sociológica o espectro analisado é aprofundado. Não apenas o Estado é ator a ser considerado, mas também o indivíduo e grupos sociais e políticos que operam dentro e fora do Estado, sejam eles agências oficiais, grupos de pressão ou burocracias estatais. Seu papel na constituição e na reprodução do que é segurança os torna, simultaneamente, agentes e objetos da Segurança. O mesmo pode se dizer dos temas que são abordados neste esforço de aprofundamento.

### **O Discurso de (in)segurança**

Antes de descrever o funcionamento do discurso de (in)segurança, é importante adequar o marco sociológico da Escola de Paris aos propósitos deste trabalho. Compreender a lógica e as práticas políticas por trás do processo de integração na América do Sul é relevante para evitar a repetição de argumentos de autoridade que tomam o continente como pacífico e pouco tendente ao conflito armado (Camargo, 1993, p. 13-15).

Alguns trabalhos problematizam tal assertiva, questionando as bases teóricas e políticas que a sustentam, bem como os pressupostos de estabilização da segurança regional (Mares, 2001; Buzan e Wæver, 2003; Oelsner, 2005). Contudo, ainda que enxerguem a importância do Mercosul, sua importância para a segurança e normalização da política regional é pouco trabalhada. Pretendo contribuir para estes estudos na medida em que evidencio o discurso que constrói a (in)segurança através da naturalização de práticas decorrentes – ou esperadas – do processo de integração, dando origem ao discurso de (in)segurança. Elas reforçam o Mercosul e intensificam a integração no Cone Sul, normalizando a política e afastando as tensões existentes antes da sua criação.

Se considerarmos que o foco na constituição social da (in)segurança para a Sociologia Política Internacional objetiva o estudo de uma dinâmica fruto de um processo de integração regional de longa duração, uma analogia com o Mercosul é possível. Não há na América do Sul, nem em outra região do planeta, um processo de integração tão intenso quanto aquele realizado na Europa. Nesse ponto – e considerando a proximidade dos grupos de interesse domésticos no plano regional e os avanços políticos obtidos nos últimos anos – entendo que seja possível adaptar o modelo da Sociologia Política Internacional à realidade sul-americana.

Com isso, a adequação deste modelo ao Mercosul decorre, grosso modo, de quatro aspectos. Estes são (i) as características atribuídas ao campo da segurança no estudo da agência; (ii) a importância das práticas discursivas para a naturalização das estratégias políticas no dia-a-dia; (iii) a construção social da (in)segurança como domínio de normalização da política; e (iv) a confusão das esferas doméstica e internacional.

O campo da segurança é constituído por práticas políticas que envolvem e impactam tanto a dimensão interna quanto a externa da política, produzindo efeitos que evidenciam a sua existência. Deste modo, ele se aproxima da sociedade, estando acessível a ela. O mesmo é esperado do campo da integração regional. Para ser bem sucedido ele deve ser percebido e entendido como relevante política e socialmente, trazendo impactos reais para a sociedade: “relevance is a matter of ‘becoming’ relevant, not a static concept of ‘being’ relevant” (CASE Collective, 2006, p. 473).

O modelo proposto contribui para o estudo da integração regional porque proporciona, justamente, essa relevância social ao trazê-lo para uma dimensão social e

não mais restringi-lo à esferas intergovernamentais e institucionais que nada significam para a população. Mesmo não sendo seu objetivo original, o Mercosul congrega a ação de diferentes atores e setores, incluindo o governamental, econômico e o social, o que evidencia a sua transversalidade e dinâmica. O processo de integração criado no seu entorno envolve atores que, ainda que possuam identidade diferentes, convergem em termos de interesse e disputam espaço por legitimidade e autoridade. Essa disputa reforça a importância “oficial” do bloco, pois tornar-se parte dele passa a ser objetivo dos grupos domésticos envolvidos nessa disputa.

A produção de efeitos do Mercosul acontece através da operacionalização das suas diretrizes junto a sociedade por meio de práticas que evidenciam e naturalizam a integração. Estas práticas são inerentes aos grupos, operando em suas áreas de atuação e refletindo seus interesses. Ao serem inseridas na sociedade, essas práticas, facilitadas pela atuação dos grupos domésticos, tornam concreta a ideia do Mercosul, transformando-o em um espaço natural da política.

Assim, a interação com os demais Estados-membros do Mercosul perderia o caráter de incerteza inerente às políticas externas para se tornar um espaço de familiaridade e confiança. A identificação de estruturas sociais comuns no interior dos Estados permite a transformação da natureza das relações sociais, mitigando as diferenças e reconstituindo os discursos e comportamentos anteriormente existentes. Tal como George Orwell descreve a narrativa da História em seu livro “1984”, a percepção sobre a relação entre os Estados do Mercosul se consolida em uma narrativa de continuidade.<sup>6</sup>

A síntese desses processos resulta na construção social da (in)segurança. Defini-la é estabelecer um domínio onde a política é normal e ausente de ameaças. Exemplo disso é que o discurso oficial sobre o Mercosul, desde as suas tratativas, quando da Declaração de Iguazu, em 1985, tem como objetivo promover o desenvolvimento político e econômico dos Estados envolvidos, afastando as tensões existente durante a Guerra Fria.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Em “1984”, a História era construída e reconstruída a partir dos interesses das elites dominantes, de modo que se passasse a imagem de que a política sempre fora daquela forma. Assim, se um dos países entrasse em guerra com outro, toda a História era reescrita e os atores reforçariam essa revisão, de modo a apagar o passado e naturalizar uma nova verdade.

<sup>7</sup> Etapas importantes que complementaram esse primeiro passo foram a Constituição da Comissão Mista Binacional de Alto Nível, fruto da Declaração de Iguazu; o Programa para a Integração e Cooperação

Ainda que não mencione a formação de um Mercosul “social”, este aparece como decorrência das mudanças e processos institucionais do “outro” Mercosul. A conjugação desses aspectos torna coerente e natural o processo, reforçando o discurso de centralidade na política externa atribuído ao Mercosul pelos governos de Brasil e Argentina.

A percepção de que suas diretrizes – refletidas nas práticas de agentes sociais, culturais e oficiais – beneficiam a sociedade apontam para uma homogeneização de interesses entre esses agentes, o governo e os demais Estados. Tal harmonia gera as fronteiras da política normal e, por consequência, delimita o espaço de insegurança e instabilidade política.

Finalmente, há a relação entre os planos doméstico e internacional. Considerando tratar-se o Mercosul de um projeto de integração regional que vai além da esfera comercial, entende-se que tal confusão seja natural e a relação entre os grupos domésticos e seus pares em Estados vizinhos, inevitável. Ademais, o Mercosul busca não apenas a integração socioeconômica, mas também a integração, aos moldes do que ocorre na União Europeia com pretensões, inclusive, de um parlamento próprio. Logo, a política interméstica é um aspecto importante para o sucesso desse estudo.

Posto isso, trato do discurso de (in)segurança e a sua relação com a (des)securitização. No modelo original da Sociologia Política Internacional ela opera por meio de agências oficiais de segurança. No caso do Mercosul defendo que ela surge de grupos de interesse domésticos que, em função da transversalidade e dinamicidade do processo de integração, operam em áreas tão distintas quanto, por exemplo, a econômica, social, cultural, turística e governamental.

Mesmo que não ligados diretamente ao Estado, os grupos de interesse promovem práticas que correlacionam o processo de integração à uma suposta estabilidade política na região. Sem o guarda-chuva do Mercosul, tais práticas não seriam possíveis e/ou não proporcionariam o benefício e facilidade esperados. A motivação desses grupos é reforçar a sua presença em suas áreas de atuação, mas o seu envolvimento torna o projeto de integração algo realizável para a sociedade.

---

Econômica, em 1986; a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, também de 1986; e o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, em 1988 (Herz e Hoffmann, 2004, p. 201).

Dotados de *expertise* diretamente relacionada à integração, os grupos desenvolvem estratégias em suas áreas de atuação, naturalizando-as junto à sociedade. Um exemplo é a questão do idioma. Ainda que o inglês seja a língua-franca dos negócios, não ser fluente em espanhol (ou português) é um empecilho para o crescente comércio com os países vizinhos, fechando o acesso a importantes mercados. A mesma importância do idioma é percebida nos requisitos de formação dos corpos diplomáticos. Pequenos detalhes como esses são passados como uma nova realidade, que é sustentada pela crescente popularização de centros de aprendizado de idiomas e culturas estrangeiras tanto no Brasil quanto na Argentina.

Não conhecer o idioma espanhol ou português não inviabiliza o sucesso profissional, ainda que limite algumas oportunidades. Porém, no discurso social do Mercosul, a fluência no idioma comum é posta como central. Negligencia-se o crescimento comercial da China e da sua influência no mundo. Diversos analistas de política internacional apontam as oportunidades junto àquele país, maiores até mesmo do que aquelas encontradas no Mercosul. Ainda assim, a importância ao aprendizado do mandarim – ao menos no Brasil – não recebe atenção proporcional às expectativas comerciais com a China. Consequentemente, não se percebe a ignorância no idioma como barreira – ao contrário do que acontece com o espanhol.

A incorporação dessas práticas no dia-a-dia gera um sentimento que reforça o projeto do Mercosul porque a política que dele decorre é familiar e, portanto, menos insegura à sociedade. Da mesma maneira que compreendemos algo que nos é próximo como transmitindo segurança, os impactos do Mercosul operam em lógica semelhante.

Responder positivamente aos estímulos originados a partir do discurso de (in)segurança reforça a proximidade com o projeto do Mercosul e gera uma série de expectativas em torno do bloco. A constituição dessas práticas evidencia o papel do Mercosul na aproximação entre os Estados principalmente por ajudar a romper o binômio identidade/diferença existente na política internacional, aproximando Brasil e Argentina em um plano onde a relação entre o Eu e o Outro não opera com a mesma tensão aplicável a outros relacionamentos interestatais.

O discurso de (in)segurança aplicado ao projeto do Mercosul cria, assim, novas categorias de *outsiders*. Ao trabalhar em um processo onde novas fronteiras do

conhecimento são estabelecidas para além das fronteiras do Estado, produz-se espaços políticos diferenciados e contingentes. Consequentemente, novas formas de discriminação e de domínios de diferença/semelhança são gerados e que possibilitam a tomada de medidas de exceção e de discriminação, com a (in)segurança aparecendo como presença frequente no discurso político.

Ao enxergar, portanto, o discurso de (in)segurança como uma prática política que naturaliza determinadas estratégias de legitimação de interesses sem problematizá-las, o instrumental buscado na Sociologia Política Internacional evidencia a incompatibilidade entre a sociedade e os limites do Estado, criando novas formas de enxergar o internacional – o que permitiria estabelecer novas práticas de distinção e de diferenciação sem as quais não há legitimidade.

Essas novas fronteiras surgem a partir da atuação dos grupos legitimados – ou que se auto-permitem – estabelecer e operacionalizar as práticas da integração regional. As novas fronteiras de aceitação da segurança e do que consiste estar seguro – e, portanto, politicamente estável – são estendidas no processo político, mas permanecem estáticas no plano oficial (Walker, 2006). Em suma, o discurso de (in)segurança mascara a produção de novas fronteiras e novos espaços de estabilidade na medida em que estabelece e reforça novas práticas de aceitação política da diferença. Com isso, novos escopos de autoridade surgem e, com elas, novas práticas de construção da familiaridade e diferenças sem que, contudo, o estabelecimento dessas fronteiras seja problematizado.<sup>8</sup>

### **O Discurso de (in)segurança e a construção do Mercosul**

O Mercosul é um projeto em andamento. Apesar de constituir o modelo mais bem sucedido de integração no continente sul-americano, ele ainda enfrenta dificuldades, incertezas e descrenças. Nada disso, contudo, o impede de ser o organismo principal por trás de grandes empreendimentos, como as parcerias comerciais com a União Europeia e a integração com os países andinos.

---

<sup>8</sup> Este argumento é discutido com maior profundidade em Walker (2006) e avança na problematização de novas identidades, que aproximam algumas categorias da diferença e as colocam como iguais à identidade do Eu. Em poucas palavras, o argumento envolve a dinâmica na subjetividade do Eu para a compreensão da subjetividade do Outro.

Deste modo, para que as expectativas nele depositadas sejam alcançadas, as crises e dúvidas institucionais que cercam o Mercosul precisam ser amenizadas, especialmente por parte de seus dois líderes, Brasil e Argentina. Somente assim seu papel de centralidade para as políticas externas dos Estados da região pode se justificar, criando as bases para um domínio sociopolítico estável.

Neste sentido, sugiro que o discurso de (in)segurança como representação dos processos de securitização e dessecuritização no Mercosul evidencia as assimetrias entre “dois” Mercosul, o oficial e o real. Cada um desses blocos é constituído por práticas e produz efeitos na esfera política, mas o discurso de (in)segurança reforça o papel do Mercosul oficial ao responsabilizá-lo pelo sucesso na normalização das relações políticas entre Brasil e Argentina.

O Mercosul oficial é aquele constituído pelo discurso oficial e que é central para a política externa de Brasil e Argentina. Ele foi capaz de servir como arena de debates e contato político que auxiliou a amenizar o relacionamento entre Brasil e Argentina, até então considerados grandes rivais políticos e competidores pela hegemonia do continente.

Os projetos de integração regional na América do Sul remontam ao ano de 1815, quando Simon Bolívar propôs a divisão do continente americano em três grandes federações, sendo que uma delas cobriria o espaço sul-americano. Depois dessa tentativa, outras propostas vieram. Podemos citar entre elas a doutrina do pan-americanismo durante a primeira metade do século XX; a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), o Acordo de Cartagena, o Mercado Comum Centro-Americano, todos na década de 1960; a Associação Latino-Americana para o Desenvolvimento de Integração (ALADI), em 1980; e a Área de Livre-Comércio (ALCA), nos anos 1990. Essas iniciativas, contudo, esbarravam em dificuldades tanto em relação às políticas domésticas dos Estados-membros, quanto no que diz respeito às condições sistêmicas encontradas no plano internacional (Camargo, 1993; Herz e Hoffmann, 2004).

Brasil e Argentina, desde o século XIX, construíam suas relações com base na percepção negativa mútua, reforçando os seus padrões de inimizade e rivalidade (Camargo, 1993, p. 6; Oelsner, 2005, p. 13), disputando, em seus próprios termos, a



hegemonia política sobre o continente sul-americano. O primeiro se identificava como um parceiro privilegiado dos EUA (Oelsner, 2005, p. 13) e, por isso, sofria a resistência da Argentina. Eventualmente, com a recusa do Brasil em assinar o Tratado de Tlatelolco, sobre controle e não-proliferação nuclear na América do Sul e Caribe, esse relacionamento especial do Brasil com os EUA chegaria a um fim. Ainda assim, os enfrentamentos políticos entre Brasil e Argentina continuariam marcando a relação entre esses Estados. A ameaça de uso da força entre os dois Estados para resolver questões, como a questão do Rio Paraná durante a década de 1960, não era infrequente. A construção da Usina de Itaipu também levantou grande tensão, especialmente em função do interesse argentino de realizar empreendimento semelhante como forma de obter maior autonomia energética (Camargo, 1993, p. 16-17; Oelsner, 2005, p. 13).

A década de 1970 marcou um período de particular tensão entre os dois Estados, que mediam a ação do outro a partir de análises com base no poder e nos interesses perante a região. O diálogo entre os dois países era claramente competitivo e pensado em termos de capacidades militares (Camargo, 1993, p. 10): a paz era frágil e os interesses, conflitantes (Oelsner, 2005, p. 12-13). A Argentina, em crise, se sentia pressionada com o desenvolvimento industrial brasileiro, que ampliava o seu domínio econômico e fomentava sua capacidade militar convencional. Se aquela era uma disputa perdida e consistia em um esforço que não poderia ser mantido, uma reaproximação do Brasil poderia ser benéfica.

Assim, algumas barganhas políticas domésticas aconteceram e ajudaram a criar a imagem de parceria, mitigando as percepções negativas e estimulando a cooperação. Como os Estados ainda eram governados por juntas militares, o papel de setores das forças armadas, bem como de agentes econômicos e técnico-científicos, principalmente da área nuclear, foram fundamentais para aproximar as burocracias dos dois países. Outras iniciativas se seguiram a essa barganha doméstica inicial (Camargo, 1993, p. 39-40; Herz e Hoffmann, 2004; Oelsner, 2005, p. 13), estreitando os laços entre Brasil e Argentina e permitindo que novos voos fossem ambicionados.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Neste caso, não podemos falar de práticas de naturalização da política de integração junto à sociedade, já que a opinião pública não constituía audiência válida para o processo de securitização. Contudo, e mantendo as devidas proporções, o que se tem é a atuação de grupos de interesse domésticos influenciando e naturalizando as relações do ator político – o que, de certo modo, evidencia o discurso de (in)segurança na constituição de um domínio de estabilidade política entre Brasil e Argentina.

A reaproximação aconteceu formalmente durante a guerra das Malvinas, quando o Brasil reforçou sua posição de aliado da Argentina ao manifestar-se favorável ao pleito daquele Estado pelo controle das ilhas (Camargo, 1988). A aproximação entre os dois países começava e, mesmo com a rápida transição democrática argentina e a manutenção do governo militar brasileiro, os dois países enxergavam possibilidade de maior interação política, principalmente diante da crise econômica que abatia-se sobre a região (Camargo, 1993, p. 1).

Como resultado, a década de 1980 foi rica em termos de documentos formais de cooperação e desenvolvimento, explicitando a aproximação de fato entre os dois países. Alguns autores apontam estes documentos como sendo os precedentes do Mercosul. Complementarmente, Brasil e Argentina se envolveram em projetos comuns, compartilhando discursos e posições políticas que ajudavam a reforçar a percepção mútua de normalização do seu relacionamento (Vaz, 2006a, p. 61). Ao contrário do que existira anteriormente, as novas relações entre os dois Estados eram baseadas na colaboração e no compartilhamento de interesses, o que criava uma zona de estabilidade política aonde a política se passava.

O discurso oficial de integração que colocava Brasil e Argentina como parceiros começou a ser reproduzido para a sociedade em 1985, durante os governos de Raúl Alfonsín e José Sarney. Com ambos os Estados democráticos, a política sinalizava a importância do parceiro para o próprio desenvolvimento: as identidades dos Estados começavam a se aproximar e o discurso político proporcionava o distanciamento das disputas então acontecidas.

[T]wo factors – rhetoric as the manifestation of political will, and the construction of co-operative institutions and organisations – proved useful in helping to build up trust and confidence, and develop these into viable policies backed by the public (Oelsner, 2005, p. 15).

Ao longo desses quase vinte anos, as bases normativas e legais do Mercosul foram construídas com a negociação de temas como cooperação econômica e desenvolvimento, chegando a temas de segurança e estabilidade política (Vaz, 2006a, p. 60), com a Declaração sobre o Compromisso Democrático, em 1986, e a Declaração de Zona de Paz (1988).<sup>10</sup> Estes tratados oficializavam compromissos que criavam uma base política

---

<sup>10</sup> Andrea Oelsner (2005, p. 8) sugere que a relação entre Brasil e Argentina passou a constituir, na década de 2000, uma comunidade de segurança insípida. Alcides Vaz (2006, p. 61 e 68) descreve também o

sobre as quais os Estados repousavam, proporcionando diretrizes para pensar em uma identidade política comum: fazer parte do Mercosul implicava o respeito à democracia e ao não-recurso da força para a resolução de divergências (Vaz, 2006a, p. 45). Ainda que não haja a produção de normas de direito comunitário, válidas para todos os seus membros, há o compromisso expresso de respeito ao direito internacional (Herz e Hoffmann, 2004, p. 205), o que reforça ainda mais os vínculos entre os Estados, proporcionando a expectativa sobre o que esperar nas relações regionais. Muitas dessas iniciativas, ainda que baseadas em questões técnicas, como o Programa para Integração e Cooperação Econômica (1986), eram coordenados pelos corpos diplomáticos dos dois Estados, caracterizando a sua dimensão política e oferecendo sinais positivos para o sucesso e continuidade de uma relação estável e não-violenta (Camargo, 1993, p. 3; Oelsner, 2005, p. 16).

Os governos democráticos da década de 1990 e 2000, em ambos os países, continuaram com a aproximação política, colocando o Mercosul e suas instituições como pontes necessárias para o sucesso da integração (Vaz, 2006a, p. 57 e 2006b, p. 91). Assim, gradualmente, o Mercosul foi fortalecido e a ele era atribuído um senso de amadurecimento institucional que não foi encontrado em processo de integração anterior algum.

Mesmo que não previsto no planejamento original, as áreas social e cultural – dimensões centrais para a construção de identidades comuns – passaram a gradualmente serem incluídas no projeto da integração. Isso permitiu que as sociedades domésticas passassem a conhecer mais os seus vizinhos (Oelsner, 2005, p. 17) e, com essa aproximação, uma pluralidade de grupos domésticos tornaram-se parte da “estrutura social” do Mercosul, aumentando os pontos de contato entre os interiores dos Estados-membros. Como proponho, essa aproximação permitiu que a sociedade conhecesse e participasse mais do bloco, naturalizando-o e compreendendo-o como parte de seu dia-a-dia, de forma mais intensa que ações de caráter oficial. Pode-se afirmar, inclusive, que as ações oficiais se beneficiaram da participação dos grupos sociais.

All this contributed to unfolding a new, distinctive geographic scope, gradually awakening a perception of common or shared destiny not just among political and economical elites, but also in wider circles of society (Oelsner, 2005, p. 17).

---

processo de cooperação policial e militar que passou a existir, principalmente no controle de fronteiras, na prevenção do crime organizado e na segurança da região conhecida como Tríplice Fronteira.

Mesmo que em caráter embrionário (Vaz, 2006b, p. 94), o Mercosul oficial aparece como elemento central para o sucesso das relações Brasil-Argentina, o desenvolvimento socioeconômico do Cone Sul e a própria estabilidade política da região.

Por outro lado, o Mercosul real é aquele que existe realmente na prática. Ele foge da imagem de sucesso criada pelos governos de Brasil e Argentina e reflete as incertezas desses Estados em relação aos seus parceiros na elaboração de suas políticas externas. Aqui, mesmo com uma alegada identidade sul-americana, a relação entre Brasil e Argentina, suas diferentes formações culturais e sua disputa política em função de diferentes visões de mundo reforçam o binômio identidade/diferença na elaboração de suas políticas externas. Com isso, o “Estado parceiro” é encarado como Outro, dotado de diferentes motivações e interesses e, portanto, devendo ser tratado com cautela.

O Mercosul real também expressa as dúvidas da literatura especializada sobre integração regional quanto ao sucesso do seu projeto em uma região marcada por diversas tentativas de integração, a maior parte incapaz de atingir seus objetivos. Analisando de modo mais pragmático, a literatura sobre integração regional na América do Sul enxerga problemas e antagonismos no projeto do Mercosul.

Primeiramente, aponta as dificuldades que a integração entre Estados com tamanhas assimetrias políticas e econômicas, como Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, podem enfrentar (Camargo, 1993, p. 55-59). Se há a inspiração no modelo europeu, a lição a ser aprendida é que deve se estabelecer bases mínimas para o processo tomar corpo. Ademais, as estratégias desenvolvidas pelos países envolvidos diferem, bem como suas prioridades. No Mercosul, há Estados que optaram primeiro pela liberalização comercial unilateral, como a Argentina enquanto outros optam pela – ou são conduzidos para – abertura regional. Isso cria impactos na própria forma como os Estados enxergariam a motivação de seus parceiros em direção ao projeto. Questões e prioridades domésticas, que obstaculizaram projetos anteriores de integração, também se mostravam presentes no Mercosul.

A literatura também aponta que, apesar dos avanços representados pela assinatura de tratados e acordos de cooperação que influenciaram a constituição do bloco, o Mercosul sofria – principalmente durante a década de 1990 – dos efeitos decorrentes da crise econômica que seus membros passavam, principalmente a Argentina. Assim, não

conseguia viabilizar o papel dinâmico que dele se esperava para o processo de integração (Vaz, 2006b, p. 86-88). Ademais, mesmo com a entrada de temas de segurança na pauta do Mercosul e da cooperação policial, a instabilidade política decorrente dos eventos de 11 de setembro de 2001 punham em risco a estabilidade das suas fronteiras. As diferentes capacidades e processos organizacionais domésticos afetavam o sucesso e a tendência a uma cooperação.

No lado brasileiro, a instabilidade internacional no pós-11 de setembro provocou desaceleramento da economia e fez com que a política externa do governo FHC, voltada para o reforço do papel brasileiro como *player* internacional, estagnasse. “Consolidou-se (...) sensível descompasso entre (...) o discurso diplomático e gestos mediáticos de política externa e (...) a real capacidade de implementação de que dispunha o Governo (...)” (Vaz, 2006b, p. 89). O Mercosul entraria, então, para um plano de menos destaque na política externa brasileira, só retornando durante o governo Lula. Ainda assim, o bloco se mostraria extremamente fragilizado e sem uma plataforma de ação efetiva (Vaz, 2006a, p. 59), especialmente a partir de 2005 (Saraiva, 2010, p. 16-17).

Com base nessa diferenciação, resta claro que o discurso de (in)segurança reforça o papel do Mercosul oficial, pois o trata como parte essencial das dinâmicas políticas sul-americanas. É neste contexto que o estudo dos grupos domésticos para reforçar esse discurso é possível e relevante.

Apontei anteriormente que medidas sociais e culturais eram mais perceptíveis à população do que as medidas econômicas e políticas. O esforço de grupos domésticos na promoção do turismo, intercâmbio acadêmico e cultural, associado a medidas como a flexibilização do acesso de cidadãos do Mercosul nos outros Estados-membros aumentou a troca de informações e intensificou o contato com as demais sociedades. Pode-se explicar a construção da segurança e a conseqüente delimitação do que significa insegurança a partir destas variáveis. Assim, o discurso de (in)segurança sobre o bloco proporcionaria vê-lo como o elemento responsável por toda essa aproximação e pelos avanços das últimas décadas. O discurso, ainda que não se refira explicitamente à “segurança”, sugere a estabilidade e a normalização da política. Dentro da lógica de que segurança precisa ser entendida dentro do contexto social trabalhado, acredito na importância desse aparato teórico para estudar o projeto de integração do Mercosul.

## **Considerações finais e agenda de pesquisas futuras**

Como conclusão, apresento algumas diretrizes que nortearão este estudo para o futuro, bem como algumas das dificuldades que poderão ser encontradas. Este artigo funciona como um marco introdutório para um projeto que se realiza, portanto ele deixa em aberto algumas perguntas que precisarão de respostas e problemas que certamente estas respostas trarão.

Em relação ao marco teórico, pretendo desenvolver e aprofundar com maior detalhes o papel do discurso de (in)segurança na constituição das práticas políticas que norteiam o Mercosul. A dinâmica da (des)securitização envolve um arcabouço teórico relativamente bem desenvolvido, mas a sua aplicação aos processos de integração regional foram objeto de um trabalho que, ainda relevante, era por demais panorâmico (Buzan & Wæver, 2003). Deste modo, maior esforço é necessário para a produção de pontes interligando as duas áreas.

De forma semelhante, uma investigação a partir de teorias críticas de política externa se mostra necessária, bem como o diálogo com teorias que trabalham o papel das ideias nos processos de integração regional. Por se basearem também na virada crítica das Relações Internacionais, esses corpos de literatura apresentam convergências epistemológicas que podem ser bem aplicadas uma vez que uma metodologia histórico-interpretativa seja aplicada a elas, buscando variáveis e elementos comuns.

Em relação aos dois Mercosul, pretendo estudar e selecionar com maior cuidado atores que evidenciem a prática do discurso de (in)segurança. Em um primeiro momento, penso em promover o estudo dos seguintes grupos: acadêmicos, corpos diplomáticos, agentes culturais, agências de controle e de ordem e jornalistas. Esse grupo representa uma gama de setores e áreas variadas que podem dar as diferentes dimensões do projeto do Mercosul. Dentro da premissa de que o campo da segurança (e da integração, por analogia) é transversal, combinar agentes governamentais e não-governamentais e de áreas distintas reforça o argumento do projeto.

Contudo, dificuldades surgem no que diz respeito ao acesso a esses grupos. Mesmo trabalhando apenas com Brasil e Argentina, é preciso estabelecer uma proposta de investigação que delimite temporal e espacialmente os dados a serem buscados. Para tanto, sugiro o período entre 2001 e 2010 como marco temporal, pois representa o

retorno do Mercosul para o centro da agenda brasileira de política externa. Ademais, mostra também um período onde a Argentina, ainda que em crise, adquire maior visibilidade nas agendas internacionais.

### Referências bibliográficas

Bigo, D. (2008). International Political Sociology. In P. Williams, *Security Studies: an introduction* (pp. 116-129). New York: Routledge.

\_\_\_\_\_. When Two Become One: internal and external security in Europe. In M. Kelstrup, & M. C. Williams, *International Relations Theory and the Politics of European Integration: power, security, and community* (pp. 171-205). Londres: Routledge.

\_\_\_\_\_; Walker, R. B. (2007). International, Political, Sociology. *International Political Sociology*, 1 (1), 1-5.

Buzan, B., & Wæver, O. (2003). *Regions and Powers: the structure of international security*. Cambridge: Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. De Wilde, J. (1998). *Security: a new framework for analysis*. Boulder: Lynne Rienner.

Camargo, S. d. (1988). *Autoritarismo e Democracia na Argentina e Brasil (uma década de política exterior - 1973-1984)*. São Paulo: Editora Convívio.

\_\_\_\_\_. (1993). *A Integração do Cone Sul*. Rio de Janeiro: IRI/PUC-Rio.

Campbell, D. (1992). *Writing Security: United States foreign policy and the politics of identity*. Minnesota: Minnesota University Press.

CASE Collective. (2006). Critical Approaches to Security in Europe: a networked manifesto. *Security Dialogue*, 37 (4), 443-487.

Gardini, G. L. (2011). Latin American Foreign Policies Between Ideology and Pragmatism: a framework for analysis. In G. L. Gardini, & P. Lambert, *Latin American Foreign Policies: between ideology and pragmatism* (pp. 13-34). New York: Palgrave MacMillan.

Herz, M.; Hoffmann, A. R. (2004). *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Editora Campus.

Krause, K. (1998). Critical Theory and Security Studies: the research programme of 'Critical Security Studies'. *Cooperation and Conflict*, 33 (3), 298-333.

\_\_\_\_\_; Williams, M. C. (1997). *Critical Security Studies*. Minnesota: Minnesota University Press.

Mares, D. R. (2001). *Violente Peace: militarized interstate bargaining in Latin America*. New York: Columbia University Press.

Oelsner, A. (2005). (De)Securitization Theory and Regional Peace: some theoretical reflections and a case study on the way to stable peace. *EUI Working Paper RSCAS No. 2005/27*, 21. Florença.

Saraiva, M. G. (2010). A Política Externa Brasileira do Governo Lula: idéias e mudanças. *34o Encontro Anual da ANPOCS*, (p. 27). Caxambu.

Tarry, S. (1999). 'Deepening' and 'Widening': an analysis of security definitions in the 1990s. *Journal of Military and Strategic Studies*, 2.

Valença, M. M. (2010). *Novas Guerras, Estudos para a Paz e Escola de Copenhague: uma contribuição para o resgate da violência pela Segurança* (Tese (Doutorado em Relações Internacionais) ed.). Rio de Janeiro: Instituto de Relações Internacionais/PUC-Rio.

Vaz, A. C. (2006a). O Brasil no Sistema Interamericano: dos anos 1990 até o presente. In H. H. Altemani, & A. Lessa, *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas* (Vol. 2, pp. 43-73). São Paulo: Editora Saraiva.

\_\_\_\_\_. (2006b). O Governo Lula: uma nova política exterior? In C. Brigagão, & D. Proença Jr., *O Brasil e a Conjuntura Internacional: paz e segurança internacional* (pp. 85-96). Rio de Janeiro: Gramma/KAS.

Wæver, O. (1995). Securitization and Desecuritization. In R. D. Lipschutz, *On Security* (pp. 46-86). New York: Columbia Press University.

Walker, B. R. (2006). The Doubled-Outside of the Modern International. *Ephemera*, 6 (1), 56-69.